

MUNDO

1 BRASIL

Que economia vai o próximo Presidente encontrar?

Lula ou Bolsonaro enfrentarão **inflação alta e a economia a arrefecer**, com juros em máximos

ECONOMIA COM FORTE ABRANDAMENTO

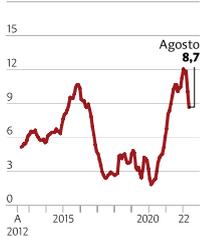
Variação anual real do PIB, em %



FORNTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA ATÉ 2021 E PROJEÇÕES DO RELATÓRIO FOCUS (23 DE SETEMBRO) DO BANCO CENTRAL DO BRASIL A PARTIR DE 2022

INFLAÇÃO ELEVADA, MAS A DESCER

Var. acumulada em 12 meses no IPCA, em %



FORNTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

DESEMPREGO ESTÁ A RECUAR

Taxa de desemprego, em %



FORNTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

SÓNIA M. LOURENÇO

O Banco Central do Brasil foi dos primeiros a subir a sua taxa de juro de referência em resposta ao ressurgimento da inflação. A taxa SELIC passou de 2% em fevereiro de 2021 para um máximo de 13,75% em agosto deste ano. Os juros multiplicaram-se por seis, mas o crescimento da economia surpreendeu pela positiva no segundo trimestre. Só que as projeções apontam para forte abrandamento no conjunto de 2022 e quase estagnação em 2023. E a inflação continua elevada, apesar de alguma moderação em julho e agosto. A taxa de desemprego está a descer, mas há 10 milhões de desempregados num dos países do mundo com maior nível de desigualdade no rendimento. O índice de Gini está nos 56,7 pontos em 100. Por comparação, o país da União Europeia com valor mais alto é a Bulgária, nos 39,7 pontos. É esta a economia que o novo Presidente do Brasil vai encontrar (ver gráficos). Com a Bolsa de São Paulo a perder 4% desde o início da campanha eleitoral até ao fecho desta terça-feira — em linha com a perda média nas praças latino-americanas e perto de metade do afundamento do índice mundial das bolsas — o próximo inquilino do Palácio do Planalto — seja Lula da Silva ou Jair Bolsonaro — enfrenta um contexto económico mais desfavorável, avisam os economistas.

João Duarte, professor da Nova SBE, é um deles. Casado com uma brasileira, país onde viveu durante seis anos, lembra "o crescimento anémico da economia do Brasil desde a Grande Recessão de 2008/2009", e a "enorme polarização política, que dificulta as reformas estruturais". Com "um dos maiores níveis de desigualdade do rendimento do mundo; instituições enfraquecidas; carga fiscal elevada; aperto no mercado de crédito e aumento da inflação", os problemas são muitos. "O Presidente eleito irá encontrar este contexto económico mais desfavorável, com um sector público endividado, e com pouco espaço de manobra para reverter este quadro, porque a esmagadora maioria

Brasil vale pouco

"Economicamente, a não ser para alguns sectores específicos, o Brasil tem sido pouco relevante" para Portugal, diz João Ricardo Costa Filho, investigador da Universidade Nova de Lisboa. Nos primeiros sete meses deste ano, o mercado brasileiro representou 1,1% do total das exportações portuguesas de bens. Desde 2000, este peso nunca foi além dos 1,5% (2013). Nos serviços, é um pouco mais elevado, por causa do turismo, mas não vai além dos 4%. Quanto ao investimento, o Brasil representa 4,6% do stock de investimento direto de Portugal no exterior — já chegou a valer 9% —, e pesa 2% no stock total de investimento direto estrangeiro em Portugal.

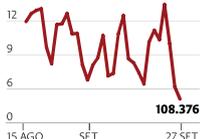
DÍVIDA RECUA DESDE O PICO DA PANDEMIA

Dívida líquida do sector público em percentagem do PIB



BOLSA CAI 4% NA CAMPANHA ELEITORAL

Índice iBovespa em pontos



FORNTE: INVESTING.COM

dos gastos públicos só pode ser alterado através de meios legislativos (Congresso)", alerta.

Para João Ricardo Costa Filho, investigador da Universidade Nova de Lisboa, há "neste momento, 'duas' economias" no Brasil. Brasileiro — veio fazer o doutoramento na Universidade do Porto, voltou ao país de origem e acabou por regressar a Portugal —, aponta que "para aqueles que conseguiram equacionar a pandemia com trabalho remoto, reinvenção de práticas administrativas e novas iniciativas empreendedoras, é o Brasil que passou da queda na pandemia para uma recuperação forte". Só que há outro Brasil, "daqueles que não conseguem trabalho, daqueles que trabalhavam informalmente e viram o rendimento desaparecer durante a pandemia, sendo muitos jogados na pobreza", vinca. "O Governo teve um papel importante com auxílio de emergência", mas o reverso da medalha foi o aumento do endividamento público, que "gera desconforto" com os juros nos 13,75%. Tudo somado, "é um Brasil desigual, vulnerável, endividado, que luta para controlar a inflação, que deve sentir os efeitos da contração monetária e, no que toca ao crescimento, possui uma longa agenda que tem sido deixada de lado", alerta.

Para o próximo Presidente ficam dossiês como a pobreza e a desigualdade, quando "é esperado um défice de 8% do PIB, quase o dobro do de 2021, devido aos pacotes de ajuda por causa da subida dos preços, e ao facto de dois terços da dívida pública estar indexada à inflação ou a taxa variável", diz Pedro Brinca, professor da Nova SBE. Ainda assim, o custo do endividamento público caiu desde o pico a 21 de julho, com os juros a 10 anos a baixarem de 13,7% para menos de 12% no fecho desta terça-feira. Prioritária é a reforma fiscal: "Claramente, a elevada carga fiscal não tem ajudado suficientemente na distribuição mais equitativa dos rendimentos, é extremamente complexa e leva a elevadas perdas de eficiência produtiva", remata João Duarte.

Com JORGE NACIMENTO

RODRIGUES

slourenco@expresso.imprensa.pt

2 EAU

Emirados vão fornecer gás e gasóleo à Alemanha

Os Emirados Árabes Unidos e a Alemanha assinaram um acordo durante uma visita do chanceler alemão, Olaf Scholz, a Abu Dhabi, que prevê o fornecimento de gás liquefeito e gasóleo a Berlim em 2022 e 2023. Segundo a agência noticiosa oficial dos Emirados, Wam, o acordo prevê a exportação de uma carga de gás natural liquefeito (GNL) para a Alemanha no final de 2022, seguida do fornecimento de quantidades adicionais em 2023. O acordo prevê uma entrega direta de gasóleo em setembro e um acordo de fornecimento de até 250 mil toneladas por mês de gasóleo até 2023. De visita aos Emirados, no passado domingo, Olaf Scholz disse que o seu país estava determinado



FOTO: EPA/HANDOUT EDITORIAL

a nunca mais depender de um único fornecedor de energia enquanto saudava o progresso dos projetos de gasóleo e gás. O líder alemão tem vindo a percorrer os países do Golfo, numa tentativa de forjar parcerias energéticas na es-

perança de substituir os fornecimentos russos e atenuar a crise energética causada pela guerra na Ucrânia. Em Abu Dhabi, Scholz visitou um parque natural com a ministra das Alterações Climáticas dos EAU, Mariam Almhiri.

5 BÉLGICA

Rendimento mínimo atualizado



A Comissão Europeia exortou os Estados-membros a modernizarem os seus regimes de rendimento mínimo já este outono, para ajudar a combater a pobreza e exclusão social no atual contexto de inflação elevada que colocou muitas pessoas em situação precária. A proposta de recomendação relativa a "um rendimento mínimo adequado que garanta a inclusão ativa", adotada na reunião semanal do colégio da Comissão, define a forma como os Estados-membros podem modernizar os seus regimes de rendimento mínimo, de modo a "aumentar a respetiva eficácia, tirar as pessoas da pobreza e promover a integração no mercado de trabalho das pessoas em condições de trabalhar".

6 NORUEGA

A NORUEGA, ATUALMENTE A PRINCIPAL FORNECEDORA DE GÁS DA EUROPA, REFORÇARÁ A SEGURANÇA NAS SUAS INSTALAÇÕES DE PETRÓLEO, ANUNCIÓU O GOVERNO APÓS A ALEGADA "SABOTAGEM" NA SEGUNDA-FEIRA DOS GASODUTOS NORD STREAM 1 E NORD STREAM 2 NO MAR BÁLTICO, ONDE OCORRERAM FUGAS MISTERIOSAS, PRECEDIDAS DE EXPLOSÕES.